

César Barreira

César Barreira nasceu no dia 08 de dezembro de 1947, em Fortaleza (CE). Graduou-se em ciências sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFCE) em 1972. Concluiu seu mestrado em sociologia pela Universidade de Brasília em 1977, e seu doutorado em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) em 1987. Atualmente é professor da Universidade Federal do Ceará (UFCE) e coordenador do LEV/UFC.

Entrevista

CÉSAR BARREIRA
Fortaleza, junho de 2011

Por José Luiz Ratton

Fale um pouco sobre sua trajetória nas ciências sociais

Fiz ciências sociais, curso de licenciatura, na Universidade Federal do Ceará. Entrei na turma de 1969 e conclui em 1972. Esta foi a segunda turma formada em ciências sociais no Ceará. Minha escolha por este curso foi carregada de idas e vindas. Nos primeiros momentos, muitas dúvidas; depois, certeza absoluta. Identifiquei-me profundamente com as ciências sociais – livros, reflexões e pesquisas. Meu pai gostaria que eu tivesse feito medicina. Ele achava que eu tinha jeito e cara de médico, mas a minha mãe queria que eu tivesse sido padre. O meu pai era agrônomo, funcionário do Ministério da Agricultura, e minha mãe professora primária e exercia realmente o papel de dona de casa. Eles eram primos legítimos, com fortes relações no meio rural, filhos de proprietários rurais e naturais de Quixadá, município do sertão do estado. Passei sempre as férias escolares com todos os irmãos e primos, na fazenda do meu pai, vindo daí o meu interesse por compreender esta região.

Tive forte influência da religião católica. Estudei sempre em instituições particulares e católicas, ficando, inclusive, dois anos interno em colégio jesuíta, que era um misto de um sistema de internato e seminário. Toda a orientação religiosa e pedagógica era de um seminário, muito rígido, mas bom em termos intelectuais. Tive oportunidade de estudar Latim no antigo 5º primário ou admissão. Fui muito influenciado e vinculado aos padres jesuítas, até mais ou menos quando tinha 16 anos. Depois entrei para o movimento estudantil secundarista, tendo militado no PC do B de 1971 a 1987. Acho que estas duas passagens, pela igreja e pelo movimento estudantil, explicam, em

grande parte, a minha escolha pelas ciências sociais. A igreja me levou a ter uma vinculação com os mais necessitados por meio de suas ações, conhecidas como de “caridade”. Também conhecia e frequentava alguns bairros pobres de Fortaleza, prática que ia, em princípio, contra os meus laços familiares. Minha família era muito tradicional, com valores muito burgueses. Uma típica família de classe média, com vínculos rurais e muito católica, frequentadora dos “bons clubes sociais” de Fortaleza. Naquele tempo, década de 1960, a vida social se desenvolvia em torno dos clubes sociais. Sempre tive um comportamento diferente dos meus oito irmãos.

Quando fiz a escolha por ciências sociais, curso novo e desconhecido, criei algumas polêmicas familiares que foram logo sanadas. Realizei o curso em regime de “dedicação exclusiva”. Passava o dia na faculdade, estudando e participando das atividades do centro acadêmico. Minha vida acadêmica era totalmente ocupada com os trabalhos em equipe (estudávamos muito em grupo), incluindo as leituras na biblioteca. Fui representante dos estudantes no Departamento de Ciências Sociais e no Conselho Universitário da UFC. As atividades políticas nesse momento foram, em grande parte, continuidade das minhas participações no movimento estudantil secundarista de 1968. Neste período de grande agitação estudantil, com alguns embates com a polícia (pode ter sido daí que surgiram minhas preocupações com a área da segurança), eu era presidente do Centro Estudantil Secundarista do Ceará. Esta entidade teve intensiva participação nas mobilizações de 1968, provocando perseguição política aos seus adeptos, entre os quais me incluo. Em 1971, fui proibido, pela Polícia Federal, de participar de um congresso dos estudantes de ciências sociais em Belo Horizonte. Quando terminei o curso, fui indicado pelo Departamento de Ciências Sociais para ser professor horista, mas o setor de informação existente na época na UFC não permitiu, alegando que eu tinha umas “ideias comunistas” e era perigoso passar a “minha ideologia” para os jovens estudantes.

Depois fiz um curso de especialização em Metodologia e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais. No segundo semestre de 1973, passei a trabalhar no Piauí, coordenando o setor de pesquisa da Fundação Projeto Piauí. Esta foi uma ótima experiência em trabalho de campo, que me permitiu realizar algumas pesquisas, principalmente sobre o trabalho artesanal, incluindo também avaliação das políticas sociais do governo do Estado.

Em março de 1975, iniciei o mestrado em Sociologia na UnB, com uma bolsa da Embrapa, iniciando, então, os meus estudos sobre os problemas agrários. Fiz a dissertação de mestrado sobre as relações de trabalho na cultura do algodão, defendendo-a em 1977. A minha orientação foi dividida entre Barbara Freitag, no primeiro período, e Vilma Figueiredo, na etapa final. Trabalhei depois em Campina Grande e, em 1979, fiz concurso para a UFC, conseguindo finalmente entrar nessa universidade.

Em 1982, comecei o doutorado na USP. Fui orientado por Paulo Silveira e fiz a tese sobre estrutura de poder e movimentos sociais no meio rural. Esta temática foi influenciada pelo período em que trabalhei em Campina Grande, no mestrado em sociologia rural. O grupo organizado em torno dessa temática foi muito importante nos

debates nacionais sobre questão agrária, que aconteceram em todo o Brasil. O período do doutorado na USP foi muito importante para consolidar minhas reflexões sobre poder, movimentos sociais e campesinato, sendo um momento muito rico em termos de estabelecimento de redes acadêmicas. No período comecei a participar dos encontros da Anpocs e de alguns grupos de pesquisa de outras universidades. O momento do doutorado na USP foi fundamental para conhecer bem mais as ciências sociais no Brasil. Tive também muito contato com os pesquisadores do Museu Nacional, reforçando o interesse pelo trabalho de campo.

E como você chegou ao tema da violência, César?

Cheguei ao tema da violência a partir de pesquisas que eu vinha realizando, para o meu doutorado, sobre a temática de estruturas de poder e movimentos sociais no sertão. Nesse período, ocorreram vários crimes caracterizados, pelos órgãos de segurança e meios de comunicação, como crimes por encomenda ou crimes de pistolagem. Dois grandes acontecimentos com repercussão nacional e internacional, de certa forma, marcaram profundamente esse cenário da violência no campo, que foi o assassinato da Margarida Alves, uma líder camponesa da Paraíba, e o de Chico Mendes, líder camponês do Acre. Com base nesses crimes, comecei a me preocupar com a temática da violência no campo, principalmente assassinatos de camponeses. Outro dado a considerar é que, no estado do Ceará, local privilegiado das minhas pesquisas, ocorreram alguns assassinatos de trabalhadores rurais. No município de Trairi, situado na região litorânea do estado, foram assassinados quatro camponeses por pistoleiros, a mando do proprietário da terra. Assisti à missa de sétimo dia desses trabalhadores, que se tornou um marco, no Ceará, da luta contra a violência no campo.

Eu era muito vinculado e muito próximo aos movimentos dos trabalhadores rurais e da CPT (Comissão Pastoral da Terra). Tenho como hipótese o fato de que os diferentes embates, enfrentados pelos movimentos sociais, a partir de 1970, impulsionaram, direta ou indiretamente, uma reflexão sobre o assunto violência. O movimento feminista, por exemplo, que no começo tinha como temática a desigualdade social, passou a ocupar-se com as denúncias de violência contra as mulheres. Os movimentos dos negros, dos trabalhadores rurais e os de bairros e favelas passaram a situar a violência no centro não só das atenções dos poderes públicos, mas também dos interesses acadêmicos.

Ao lado dos movimentos sociais, as entidades voltadas para a luta por direitos humanos ocuparam um lugar de relevo na denúncia da situação dos presídios, da violência contra crianças e adolescentes pobres, da violência contra os camponeses e a recorrência ao emprego da tortura, por parte dos órgãos de segurança pública.

Neste plano, a CPT ocupa um lugar central, fazendo, desde a década de 1980, um levantamento dos assassinatos no campo, muito detalhado e preciso. Eu participava todos os anos da apresentação deste documento, sendo um momento singular para acompanhar a evolução da violência no campo. O José Vicente Tavares dos Santos e o José de Sousa Martins também tinham vinculações com os movimentos sociais rurais.

E em que ano foi isso, César?

Isso foi basicamente no início da década de 1980, mais especificamente entre 1983 e 1985, período do trabalho de campo da minha tese de doutorado. Quando terminei essa tese, em 1987, comecei a coletar materiais de jornais que se reportavam à temática da violência. Eu tinha um bolsista de iniciação científica que todos os dias recortava as matérias sobre violência e conflitos sociais, nos jornais locais e alguns jornais de âmbito nacional. O trabalho restringia-se, fundamentalmente, ao recorte, de uma forma bem artesanal, de matérias de jornais sobre esta temática. Fizemos praticamente um banco de dados sobre a violência no campo.

O Laboratório de Estudos da Violência, ao qual pertencço, possui um material muito rico de recortes de jornais desde a década de 1980. Usei esse material quando fui fazer pós-doutorado, em 1989, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, com o grupo do Pierre Bourdieu. Li esse material, buscando me familiarizar com as notícias dos jornais, e a leitura foi bastante surpreendente, começando a me dar uma ideia muito forte, não só da violência do campo, mas também especificamente da temática de crimes por encomenda.

Na época, em 1987, ocorreu uma campanha para acabar com a pistolagem no estado do Ceará, organizada pela Secretaria de Segurança Pública do Estado. A campanha começou a dar visibilidade a esses crimes por encomenda e à prática dos crimes de pistolagem. Eram matérias nos jornais locais sobre algum pistoleiro que tinha sido pego, ou uma gangue que tinha sido presa, ou uma pessoa que fazia parte da rede de pistolagem que foi presa e mesmo sobre possíveis mandantes. Estes últimos, geralmente, eram homens políticos ou grandes proprietários de terra. A lógica política, comandada pelos empresários que tinham ascendido ao governo, era que o estado tinha se modernizado, não havendo espaço para práticas violentas na reprodução do poder.

No período do pós-doutorado, com base nas discussões com pesquisadores do grupo do Pierre Bourdieu, comecei a questionar se era possível falar, de forma generalizada, sobre uma violência no campo no Brasil, ou se haveria um recorte mais preciso para trabalhar essa temática sociologicamente. O grande mote ou objeto que encontrei foi especificamente o crime por encomenda. Então, busquei formular esta temática a partir dos seus principais personagens: o pistoleiro; autor material do crime; e o mandante, autor intelectual da ação.

Nessa época, a discussão levou-me a trabalhar a temática de crimes por encomenda, pela questão agrária, configurada na luta pela terra, assim como abordando a questão política, em que o voto era fundamental. Nesse período, poderia dizer que o que impulsionava o crime de pistolagem era a disputa pela terra e pelo voto. Publiquei neste período o meu primeiro artigo, sobre esta temática, no *Cahiers du Brésil Contemporain do Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain*.

No retorno ao Brasil, no início de 1991, baseado nos estudos sobre pistolagem, comecei a montar um grupo aqui do Ceará, que de certa forma deu origem ao LEV, o Laboratório de Estudos da Violência, onde várias pessoas trabalhavam comigo como bolsistas de iniciação científica, incluindo depois os alunos do mes-

trado e do doutorado, que estudavam a temática da violência. Então, concluí um trabalho completo sobre o sistema de pistolagem, que foi a minha tese para titular em Sociologia, na Universidade Federal do Ceará. O trabalho foi publicado pela RelumeDumará, na Coleção Antropologia da Política, com o título *Violência e pistolagem no cenário brasileiro*. Este livro possibilitou, para mim, uma excelente entrada na temática da violência e dos conflitos sociais, e passei a ser convidado para expor a pesquisa em congressos e seminários. Um dado que quero ressaltar é que este livro teve boa aceitação no campo metodológico, sendo destacada a construção sociológica do objeto de estudo, bem como o trabalho etnográfico de um “tema perigoso”. Na construção sociológica, estava presente um ceticismo, por parte dos leitores (intelectuais ou não intelectuais), da possibilidade de o tema obter um estatuto científico. A temática deveria ficar restrita a uma dimensão policial, era “caso para delegado”. Por outro lado, metodologicamente, foi muito bem recebido, pela forma como montei o trabalho de campo, realizando algumas entrevistas com pessoas apontadas como pistoleiros ou pertencentes ao sistema de pistolagem. Para mim, as entrevistas realizadas para montagem desta pesquisa terminaram sendo o ponto alto deste estudo. Para a montagem do quadro e acesso aos meus informantes, fiz uso de toda minha rede social: padres, advogados, jornalistas, familiares, estudantes e outros. Estas pessoas foram fundamentais na aproximação com os entrevistados, estabelecendo algumas empatias e me dando um pouco de tranquilidade nos encontros. Entrevistei pessoas que se encontravam presas, cumprindo penas ou aguardando julgamentos, bem como algumas fora das prisões, que eram fugitivas da justiça ou mesmo levavam uma vida “seminormal”. Viajei para vários estados do Nordeste, sempre na busca dos meus “informantes-chave”, passando por situações delicadas ou perigosas. A pesquisa seria enquadrada, principalmente na França, como exemplo de “temas perigosos”.

Em que ano você defendeu?

Defendi a tese em 1997. Em 1998, foi publicado o livro e, a partir daí, comecei a me preocupar em compreender um pouco mais as diferentes manifestações de práticas violentas na sociedade contemporânea, principalmente os conflitos sociais. Minhas pesquisas passaram a se concentrar nos estudos sobre os valores que configuram o campo da violência, tais como honra, vingança, valentia, coragem, etc. Estes valores estavam bastantes presentes no universo dos crimes de aluguel. Nesta perspectiva, é que não necessariamente trabalho a violência em si, mas os valores que configuram esta prática social.

A pesquisa sobre crimes por encomenda ou de pistolagem conduziu-me a dois grandes aspectos. O primeiro trata da incidência deste tipo de delito, que não é mais somente rural, ocorrendo principalmente nas grandes cidades. O segundo é a forma difusa como esta prática se desenvolve, servindo não só a um vasto campo de resolução de pequenas rixas, como brigas de vizinhos e desavenças familiares, mas também para resolver disputas políticas e econômicas.

Além disso, você desenvolveu mais alguma pesquisa na época?

Nesse período fui chamado para realizar duas pesquisas, sendo uma delas encomendada pela Arquidiocese de Fortaleza sobre violência no trânsito. Fiz um estudo baseado nos dados que a própria Arquidiocese tinha sobre o assunto, principalmente a respeito de homicídios. Este trabalho foi realizado com o Leonardo de Sá, atualmente professor da UFC e pesquisador do LEV. Publicamos um pequeno livro sobre violência no trânsito. Também surgiu outra pesquisa, neste período, provocada pelo assassinato do índio Galdino, cometido por três jovens de classe média alta, em Brasília. A Unesco me contratou para fazer uma pesquisa sobre juventude e violência em Fortaleza, no final da década de 1990. No período, o LEV já possuía uma equipe de pesquisadores constituída de professores da UFC e de alunos do mestrado e doutorado do Programa de Sociologia. Realizamos um grande levantamento, usando questionários, fazendo entrevistas, grupos focais com jovens de diferentes matizes – religiosos, movimentos políticos, jovens viciados em drogas, jovens de colégios públicos, jovens de colégios particulares, etc. Publicamos um livro intitulado *Ligados na galera – juventude, violência e cidadania em Fortaleza*.

No início de 2000, recebi um convite da Elizabeth Leeds, da Fundação Ford, para fazer um estudo sobre a questão da política de segurança pública no Estado do Ceará. O que a Fundação Ford queria entender era a influência externa na elaboração da política de Segurança Pública do Estado do Ceará. Na época, fiquei assim meio em dúvida, porque eu não trabalhava diretamente com essa temática, mas terminei aceitando o convite. Fizemos uma pesquisa que foi basicamente o balanço dos últimos 15 anos da Política de Segurança Pública do Ceará. Analisamos o governo de Tasso Jereissati, a partir de 1986, bem como o período do governo do Ciro Gomes e a outra gestão do governo Tasso Jereissati. O período examinado foi basicamente de 1986 a 2000. Verificamos, nessa pesquisa, a elaboração da política de segurança pública do Estado a partir das consultorias externas, principalmente de William Bratton, ex-chefe de Polícia da cidade de Nova York, bem como a relação entre polícia e as comunidades da periferia de Fortaleza. Como resultado da investigação, publiquei o livro *Questão de segurança*. Esta pesquisa e a outra realizada sobre juventude e violência foram desenvolvidas com a equipe de pesquisadores do Laboratório de Estudos da Violência, que começou a funcionar por volta de 1993, 1994. Então, nessa época, já havia uma equipe que, de certa forma, se preocupava com a temática da violência e dos conflitos sociais.

É interessante dizer que a minha temática de pesquisa sobre práticas policiais, de certa forma, vem se articulando a partir da entrada, sobre “crimes por encomenda”. Nos primeiros estudos sobre esta temática, já tinha aparecido a questão de ex-policiais fazendo parte do mundo da pistolagem. Ou eles atuavam como pistoleiros, ou eles eram intermediários da pistolagem. Se esta temática tinha como campo empírico privilegiado a área rural, com base nos estudos sobre juventude, comecei a mapear um cenário que tratava a temática mais no âmbito urbano.

Estes temas foram sendo trabalhados dentro de um universo teórico muito amplo. Utilizei muito Max Weber, por exemplo, para entender a questão do monopólio

legítimo da violência física. Trabalhei com os textos de Hannah Arendt, que também foi uma autora muito importante pela discussão sobre poder e violência e a diferença entre esses dois conceitos. Ela faz essa discussão com amparo no uso da violência como demonstração não de força, mas sim de fragilidade, o que foi importante para eu entender a violência no campo. Quando os proprietários de terra usavam as práticas violentas, eles estavam demonstrando não só força, mas muito mais fragilidade. Este quadro teórico foi se ampliando, recorrendo a Pierre Bourdieu, com a discussão sobre violência simbólica. Michel Foucault foi importante para trabalhar não só a categoria genealogia nas discussões sobre violência, mas também as análises sobre poder e positividade das práticas violentas. Então esses autores começaram a ter um peso ou um suporte teórico para mim. Depois deles, eu poderia situar também Norbert Elias, com o *Processo civilizador*, que permitiu verificar situações não totalmente pacificadas, como o controle das armas, que foi uma temática que tive de trabalhar na questão da pistolagem. Os pistoleiros se colocam muito como justiceiros. Eles, de certa forma, estão trabalhando um espaço que não está sendo ocupado pelo estado, resolvendo os problemas sociais de uma forma violenta.

É interessante destacar o fato de que, nesse período, estava se fortalecendo um grupo de pesquisadores em Fortaleza, basicamente ligado à Universidade Federal do Ceará. Naquele momento, surgiram várias teses e dissertações sobre a temática da violência e dos conflitos sociais. Alguns alunos deste período já são professores, não só da Universidade Federal do Ceará, mas também das universidades do estado, da Universidade Estadual do Ceará, da Universidade do Vale do Acaraú e da Regional do Cariri, bem como de outras universidades do Nordeste.

Em sua opinião, quais são suas principais filiações teóricas?

Não tenho fortes ou restritas vinculações teóricas. Considero-me um eclético em termos de um quadro teórico. Não gosto das filiações dogmáticas, pois elas embotam a compreensão da realidade. Acho esse princípio muito bom e rico sociologicamente. Poderia dizer também que meu universo empírico é também muito aberto. Os temas vão surgindo e vou incorporando-os dentro das minhas preocupações teóricas. Isto é importante porque meus estudos são geralmente acoplados aos anteriores, com a preocupação de aprofundar algum ponto ou conhecer novas questões. Meus interlocutores, especificamente os nacionais, vão surgindo também assim. Tenho intensas vinculações teóricas com a Alba Zaluar, com o José Vicente Tavares, com o Michel Misse, com o Sérgio Adorno, com o Luiz Antonio Machado, com a Stela Grossi, e tantos outros; mas poderia dizer que meu viés, ou “minha sina”, é trabalhar a discussão sobre conflitos sociais. Na verdade, não tenho muito uma vinculação definida teórica e empiricamente. Atualmente, passo a ter uma preocupação maior com a questão da política de segurança pública, mas minhas tentativas sempre foram de compreender esse crescimento das diferentes manifestações de violência no Brasil.

Quando recebi uma Cátedra na França, denominada Sérgio Buarque de Holanda, tive o direito de pesquisar duas realidades da Europa, tomadas aleatoriamente, sendo

que uma teria que ser do território francês e outra em qualquer outro país da Europa. Na França, optei por trabalhar a ilha de Córsega, para discutir a questão do bandido de honra, a questão da vingança, que de certa forma eu já tinha analisado nos trabalhos sobre os pistoleiros no Nordeste. A outra realidade que escolhi para estudar foi um bandido de honra de Portugal, o José do Telhado. Este personagem do século XIX é classificado na literatura portuguesa como um bandido de honra, um tipo de Robin Hood português. Estes estudos, é importante destacar, marcam o começo de uma saída da realidade brasileira, mas sempre numa perspectiva comparativa. A questão seria compreender essas realidades de Córsega, de Portugal e do Brasil, em uma perspectiva comparada. As categorias, para mim, seriam ligadas a honra, vingança e coragem, que já estavam muito presentes só nos estudos sobre pistolagem, mas que começavam também a aparecer fortemente em Córsega e no bandido de honra português. Então, nesse sentido, me situo como um estudioso, para discutir não necessariamente a violência física, mas os valores que estão presentes no mundo do crime, no mundo da violência.

Você poderia falar um pouco mais sobre a violência como objeto de pesquisa nas ciências sociais brasileiras?

Poderia dizer que os assuntos violência e conflito ganham força e espaço, principalmente, da década de 1980 para cá. Os estudos sobre esses assuntos, com algumas exceções, não ocupavam, anteriormente, um lugar central nos trabalhos e nas pesquisas acadêmicas. Nesta perspectiva, é importante reaver alguns autores, que em seus estudos já apontavam preocupações com esta temática, como, por exemplo, Gilberto Freyre, Antônio Cândido, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Boris Fausto, Rui Facó, entre outros.

Em diferentes centros de pesquisa do país, foram criados núcleos que têm como objeto central a compreensão das diferentes formas de manifestação da violência, a análise das políticas de segurança pública e as pesquisas sobre violação dos direitos humanos e respeito à cidadania, tendo como *locus* principais as prisões, as periferias das grandes cidades e as “minorias sociais”.

Teoricamente, os pesquisadores brasileiros estabelecem diálogos com diversos autores, principalmente com Michel Foucault, Hannah Arendt, Pierre Clastres, Georg Simmel, Robert Merton, Norbert Elias, Pierre Bourdieu e tantos outros. Esses especialistas – é salutar chamar a atenção – não possuíam as mesmas abordagens metodológicas e teóricas. Importa destacar, também, o fato de que Michel Foucault penetra o Brasil acoplado, inicialmente, às discussões sobre os movimentos sociais, com ênfase na questão do poder e das práticas políticas. Logo em seguida, o autor é referido como indispensável suporte teórico aos estudos sobre violência, em especial nos debates sobre as questões de “positividade da violência”, da docilidade dos corpos e o sistema presidiário. Alguns destes estudiosos são praticamente “redescobertos”, como é o caso de Robert Merton, evitado na década de 1970, pela ênfase que conferia às categorias “desvio” e “anomia”.

A temática da violência e dos conflitos aparece hoje cada vez mais instigante, diversificando-se, tornando-se complexa e ganhando novas configurações. As pesquisas ten-

tam abranger temas novos ou antigos com recentes contornos, a exemplo das análises sobre o sistema presidiário, a violência juvenil em diferentes situações de classe social, o tráfico de drogas e um possível “contrapoder” nas grandes cidades. O assassinato do índio Galdino, ocorrido em Brasília, envolvendo jovens de classe média alta, ampliou a problemática da violência juvenil em outro patamar e com novos contornos sociais, sendo incorporados aos estudos outros setores sociais, antes restritos aos trabalhos com jovens negros, das classes menos favorecidas e habitantes de favela. Os estudos sobre as práticas juvenis, compreendidas como violentas, nas escolas públicas e também nas privadas, passam a ocupar um lugar importante nas análises sobre violência.

Dentro das minhas principais preocupações teóricas, surgem, como disse anteriormente, os estudos sobre as ações dos “justiceiros”, dos matadores de aluguel e os rituais dos linchamentos que aparecem na textura de enorme demanda social por uma justiça paralela, levando à berlinda a monopolização legítima da violência. Finalmente, destacam-se os estudos sobre as políticas de segurança pública, que privilegiam as práticas policiais em defesa de uma ordem e de implantação de lei, visando a diminuição das taxas de criminalidade e de violência.

Essa diversidade temática nos trabalhos sobre a violência é enfrentada com diálogos, principalmente entre sociólogos, historiadores e antropólogos, por meio de trocas de experiências e de dados, incorporando outras perspectivas, na tentativa de compor o vasto conjunto que representa o fenômeno da violência nas sociedades contemporâneas. Considero que estes estudos, no Brasil, tiveram um grande avanço teórico e metodológico; um acúmulo de conhecimento baseado em nova geração constituída por um Edmundo Campos, um Luiz Paixão, um Vinicius Caldeira Brandt, transitando por diversos estudiosos que passam a compor um quadro de excelente nível. Nos diferentes estados, encontram-se pesquisadores preocupados com esta temática. Correndo o risco de cometer algumas falhas, posso citar, no Rio, a Alba Zaluar, o Michel Misse, o Luiz Antonio Machado, o Kant de Lima, o Ignácio Cano, o Gláucio Dillon Soares; em São Paulo, o Paulo Sérgio, o Sérgio Adorno; no Rio Grande do Sul, o José Vicente dos Santos; em Brasília, a Stela Grossi; em Minas, o Claudio Beato; na Bahia, o Eduardo Machado e tantos outros. Faço referência a estes por comporem, no sentido antropológico, uma comunidade que pensa coletivamente a construção e a elaboração desta temática, situando os estudos sobre violência no interior de uma problemática sociológica.

Fale um pouco mais sobre a criação e o trajetória do Laboratório de Estudos da Violência.

O Laboratório de Estudos da Violência, de certa forma, sem nenhuma falsa modéstia, tem um pouco o meu perfil. Gosto muito de trabalhar em equipe, pois acho que a grande produção só ocorre no momento do trabalho em conjunto, da tarefa coletiva. Então, nessa perspectiva, sempre batalhei para ter uma equipe que pudesse, em termos de amparo, ser interlocutora para os meus estudos, para essa discussão sobre violência. Comecei a ver a possibilidade de criar um grupo formado por professores e alunos. Tínhamos um grupo, de certo modo informal, desde 1989.

Em 1991, ganhei uma bolsa de produtividade do CNPq e a partir daí, com os meus bolsistas de iniciação científica do CNPq, iniciamos este trabalho. A opção primeira foi pesquisar a temática da violência e dos conflitos sociais. Deixei de lado a primeira temática, que era a questão agrária (a qual até agora ainda mantenho uma saudade), e passei realmente a arregaçar as mangas para enfrentar a discussão sobre violência e conflitos sociais. Então, os meus alunos da graduação, do mestrado e do doutorado começaram a ser escolhidos, tendo como principais temas a violência e os conflitos sociais. Em 1993 oficializei esse Laboratório de Estudos da Violência, que em princípio segue algumas normas do Núcleo Estudos da Violência em São Paulo; mas eu queria uma estrutura que fosse menor e menos formal, que dependesse exclusivamente da pesquisa. Eu pensava que a minha temática de violência, principalmente os estudos sobre “crimes de aluguel”, iria ter “vida breve”. Achava que pistolagem era um estudo muito limitado, sem grandes possibilidades de se expandir como tema sociológico. Quando iniciei os estudos sobre pistolagem, sempre digo isto, eu pensava, no sentido figurativo, que era somente um quarto, mas depois virou uma grande casa. Comecei a ver que era mais do que isto, pois se transformou em um labirinto com muitas entradas, desvios, subterfúgios. Depois ampliei para discutir a questão das redes sociais do mundo da pistolagem, a questão do próprio pistoleiro, depois do próprio mandante. E aí nesse momento, início dos anos 1990, já existia um grupo de pesquisadores que ainda estava muito embrionário, muito em formação. Por isso pensei e coloquei o nome laboratório e não núcleo.

Então foi um processo pacífico?

Na verdade, não muito (risos). Lembro-me que sofri várias resistências, locais e até nacionais, sobre o motivo de se nomear como laboratório. E eu dizia, brincando, que tinha uma formação francesa que transfere o termo “laboratório” na área das ciências humanas. E isso era importante no sentido de que eu queria realmente criar um grupo que pudesse discutir como fazer, como elaborar a pesquisa no campo da violência. O ato de fazer pesquisa no campo da violência é a base das discussões do LEV, e que logo em seguida começa a ter certa visibilidade. Por exemplo, fui convidado pela Elisabeth Leeds, que já tinha ouvido falar de mim. Ela me procurou em um congresso da Anpocs, penso que 1999, perguntando ao José Vicente Tavares dos Santos se ele me conhecia: “estou querendo conhecer o professor César Barreira, que tem um laboratório no Ceará, e queria fazer um estudo com ele”. Deste contato, surgiu a pesquisa sobre a política de segurança pública do Ceará. Antes disso, a Miriam Abramovay, da Unesco, quando veio ao Ceará e me pediu para realizar a pesquisa sobre Violência e Juventude, teve mais ou menos o mesmo procedimento que a Elisabeth Leeds, perguntando, por coincidência, a um amigo meu “se ele conhecia um professor da UFC, que trabalhava com a temática da violência e se chamava César Barreira”. Então, foi muito interessante ganhar essa visibilidade na pesquisa, um grupo do Nordeste. No início dos anos 2000, nossos trabalhos já tinham um bom conhecimento do público externo. Fora da universidade, participávamos muito de

programas televisivos e escrevíamos artigos para jornais. Nesse período, o LEV passou a ser chamado para ministrar palestras e dar assessorias a ONGs e a entidades do Estado. Os órgãos de segurança pública passaram a ser os nossos grandes demandadores para discutirmos sobre violência e, principalmente, direitos humanos.

Então, nesse momento, início dos anos 2000, fiz um retorno à questão agrária, para trabalhar o tema da violência e da prática policial no meio rural. Foi quando realizei um estudo sobre Eldorado dos Carajás, aquele movimento em que mataram 19 camponeses. Nesse momento, tentei, realmente, cruzar as minhas duas grandes temáticas, que eram a questão agrária e o movimento violento que houve no campo. É interessante que, nesse acontecimento, a participação da polícia, classificada simplesmente como uma prática desastrosa, me inquietou. E pensei: “não posso ficar quieto sem estudar essa temática da polícia em um campo empírico que pesquisei bastante!” Comecei, então, a discutir toda essa prática policial, a questão do desrespeito aos direitos humanos, da cidadania, da prática policial violenta e, principalmente, a não separação entre as esferas públicas e privadas no meio rural.

O laboratório começou a ganhar outras dimensões. Não sei se estou exagerando, mas acho que inclusive internacional mesmo. Por exemplo, tínhamos um convênio antigo com a Universidade de Lyon, no qual já trabalhava a problemática da violência. Depois tivemos um convênio com Portugal, que também tinha como um dos eixos a questão da violência. Para completar um pouco essa dimensão das construções das redes e que ganhou um aspecto mais consolidado, foi a nossa participação, em 1997, em um Pronex, um programa de núcleos de excelência do CNPq. O Pronex tinha três coordenadores, o Moacir Palmeira, do Rio, a Marisa Peirano, de Brasília, e eu aqui no Ceará. Este Pronex privilegiava também três grandes variáveis: a representação, os rituais e a violência. Este dado é importante porque demonstra a abertura de espaços para discutirmos a temática da violência, cruzando com outros aspectos. Depois disso, aprofundou-se minha inserção nessa temática de violência nos Encontros Anuais da Anpocs. Por exemplo, coordenei por vários anos o grupo sobre Estado e questão agrária, inclusive a minha inserção na Anpocs se deu via questão agrária. A partir de determinado momento, tive que fazer uma ruptura e então comecei a coordenar um grupo na Anpocs sobre a questão de rituais, representações e violência. Logo em seguida, coordenei outro grupo na Anpocs, que tem como temática central a violência e os conflitos sociais. E sempre me apresentei não como César Barreira, mas como César, pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência. Sempre fiz questão disso, para imprimir essa marca. Por exemplo, nos artigos de jornais locais ou quando sou convidado para entrevistas, sempre me apresento como coordenador do Laboratório de Estudos da Violência. Acho que o laboratório às vezes se confunde comigo, mas hoje se trata de um laboratório que já tem uma equipe mais consolidada. Trabalho com o Leonardo de Sá e com a Jânia Perla, que são professoras da UFC, e também excelentes pesquisadores do LEV, com o Maurício Russo, que está terminando o doutorado, e com o Gil Jacó, a Rosemary Almeida e a Glaucíria Brasil, que são professoras da Uece e pesquisadores da temática da violência e da Segurança Pública.

Um ponto interessante na sua trajetória nos estudos sobre violência, direitos humanos, conflitualidade, é a sua perspectiva metodológica. Você é um sociólogo com fortes inclinações antropológicas, e isso tem impactos nas suas pesquisas. Você poderia falar um pouco sobre isso?

Hoje estou cada vez mais convencido da importância da quebra de amarras disciplinares, da importância da interdisciplinaridade e dos diálogos com as outras ciências. Realmente tenho uma dificuldade de dizer se sou sociólogo ou antropólogo, ando até também um pouco na linha temática da ciência política. Digo, brincando, que sou sociólogo de carteirinha em função dos meus cursos, bem como fui presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia, mas também me acho um antropólogo frustrado ou encabulado. Essa minha ligação com a antropologia vem da importância que dou ao trabalho de campo, mas também dos meus estudos sobre a questão agrária e, principalmente, das pesquisas sobre campesinato; isto nos meados dos anos 1970 e início dos 1980. Trabalhava muito próximo dos estudos que eram realizados no Museu Nacional. Durante este período, meus grandes interlocutores eram antropólogos e foi por aí que cheguei aos estudos de Pierre Bourdieu. Nesse momento, meus interlocutores eram, principalmente, antropólogos: o Moacir Palmeira, a Lígia Sigaud, o Afrânio Garcia, o José Sérgio Leite Lopes, a Beatriz Heredia e outros. Eram as pessoas com quem eu discutia, mas numa perspectiva do campesinato. Sempre privilegiei a pesquisa de campo, sempre gostei de fazer entrevista, de fazer observação. Minha dissertação de mestrado sobre as relações de trabalho na cultura do algodão tem muito destas características. Para realizar esse trabalho, morei quase seis meses no município de Quixadá, nos sertões cearenses. Gosto de visitar, ainda hoje, a região do sertão, e este desejo foi reforçado pela minha passagem pela Universidade de Campina Grande, que tinha um grupo forte na questão agrária no final da década de 1970.

Outro dado que poderia ressaltar nessa minha trajetória de antropólogo e sociólogo é que a temática da minha tese de doutorado tinha como questão central os movimentos sociais no sertão, passando necessariamente sobre a problemática dos direitos dos trabalhadores, bem como de aspectos de dominação e violência. É importante destacar o fato de que a problemática dos movimentos sociais terminou sendo uma porta para trabalhar as práticas violentas. Desse modo, poderia dizer que os movimentos sociais rurais é que me levaram a entender o assassinato do Chico Mendes, da Margarida Alves, na Paraíba, e tantos outros. Nesse período, meus estudos eram movimentos sociais rurais; não estudei nenhum movimento urbano.

Um dado de destaque na minha trajetória é a importância que dou à metodologia qualitativa. Terminei imprimindo esta marca no LEV, com os aspectos negativos e positivos. Agora tenho usado muito a técnica dos grupos focais. Continuo trabalhando, intensivamente, com matérias de jornais. Posso dizer que o LEV começou ganhando forma com a montagem de um banco de dados com matérias de jornais. Acho que o jornal é uma excelente fonte para compreender esse nosso cotidiano violento. As matérias publicadas nos jornais vão configurando diferentes formas de conflitos sociais, bem como as estratégias usadas nas suas administrações. Nos jornais, as diferentes ma-

nifestações de prática violenta vão ganhando um contorno, como também suas redes sociais. Quando começo a me debruçar sobre o material de jornais, nos relatos que são feitos sobre o nosso cotidiano violento, é o momento em que começo a entender se seria possível discutir a questão ou a problemática da emblemática cordialidade brasileira ou outras dimensões presentes no campo da violência. As matérias dos jornais são uma fonte inspiradora para os meus alunos, possibilitando a descoberta de bons temas sociológicos. Por outro lado, o jornal, como fonte de pesquisa, deixa clara a necessidade de relativizarmos todo o material de estudo. Neste plano, acho que a temática da violência ocupa lugar privilegiado metodologicamente, possibilitando superar os modismos, a tentação dos apelos sociais e os estereótipos, bem como a necessidade de que esta temática seja constituída com todo o rigor e imaginação sociológica. Esta atitude capacita uma ruptura entre o senso comum e o conhecimento científico, situando os estudos sobre violência no interior de uma problemática sociológica.

O LEV tenta ultrapassar diariamente a prática individual do ato de pesquisar, cada vez mais presente na produção acadêmica. Procuramos, na medida do possível, mesclar constantemente os trabalhos individuais dos alunos, suas monografias, dissertações e teses, com as pesquisas realizadas por professores e estudos coletivos efetivados em grupo. Outro aspecto que marca as pesquisas do LEV é a diversidade temática com abordagens teóricas e metodológicas diferentes.

Recentemente você foi convidado para assumir a direção da Academia de Polícia do Ceará. Você poderia falar um pouco sobre esse novo tipo de desafio?

Como eu havia falado, essa discussão sobre polícia e segurança pública é uma temática que não era a minha preocupação central e que com a qual sempre lidava como uma problemática periférica, cruzando constantemente com os meus temas centrais. Em meados de 2000, comecei a organizar os cursos de especialização da Renaesp, do Ministério da Justiça, sobre direitos humanos, cidadania e segurança pública, para os profissionais da segurança pública. Foi nesse momento que passei a ter uma inserção nos órgãos de segurança pública. Enquanto coordenador dos cursos, eu tinha que manter contato com o secretário de Segurança Pública, assim como com os comandantes das diferentes corporações. Essa inserção também aumentou o espaço do LEV nos meios de comunicação e junto aos profissionais da segurança pública.

Nas eleições de 2010, durante a campanha, o governador Cid Gomes, candidato à reeleição, marcou uma visita à Universidade para conversar com alguns pesquisadores. Nesse encontro, o reitor escolheu três laboratórios para fazerem uma exposição sobre suas pesquisas, e o LEV, para minha surpresa, foi um dos escolhidos. Fiquei ainda mais surpreso quando, durante as apresentações, os outros dois representantes dos grupos disseram: “Eu queria que o César falasse antes da gente, porque foi a partir da experiência do laboratório dele que formamos o nosso”. E até então eu não sabia que o laboratório tinha tomado essa dimensão toda no âmbito da Universidade.

No início de 2011, me surpreendi novamente, pois fui convidado, pelo governador, para ser o diretor da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará – Aesp,

que tem como missão básica unificar e integrar o ensino das instituições responsáveis pela segurança pública do Estado do Ceará. Trata-se de uma instituição nova, criada em 2010, para formar, especializar e atualizar os profissionais responsáveis pela segurança pública do Estado. O governador decidiu pela criação de um órgão técnico-educacional com a atribuição de centralizar as atividades de formação e atualização de todas as corporações responsáveis pela segurança pública, unificando o ensino da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e da Perícia Forense. Segundo o governador, fui indicado pela minha experiência diante do LEV e pelos meus conhecimentos da temática da segurança pública e violência. Pedi alguns dias para pensar, e ele insistiu que eu aceitasse logo e aceitei. Achei muito difícil e, principalmente, desafiante esta missão. Telefonei para vários amigos do Brasil, que trabalham esta temática e que fazem parte da comunidade a que me referi anteriormente, para saber o que eles achavam, e quase todos me deram muita força. Acharam que era importante essa experiência, considerada pioneira no Brasil. Assumi em maio deste ano, com a missão de fazer com que a academia começasse a funcionar. Estou muito impressionado com a receptividade que o meu nome obteve, entre os profissionais da segurança pública, para dirigir esta academia. A receptividade tem sido total, não só entre os oficiais, mas, principalmente, entre os praças e soldados. Eles percebem algo diferente na academia e sempre me apresentam para os outros que não me conhecem como “um grande conhecedor” da temática da segurança: “este conhece tudo”.

Nesta perspectiva, destaco o lugar que os intelectuais ocupam de responsabilidade para os nossos policiais. A sensação que tenho é de que isto representa um certo orgulho para eles, isto é, o fato de ter como dirigente máximo um sociólogo e professor doutor de uma universidade federal. No dia da inauguração da Academia, o governador Cid Gomes disse que, naquele dia, estava nascendo uma criança que deveria ser muito bem-cuidada, passando esta responsabilidade para mim. O governador me outorgou muita responsabilidade, mas também me deu carta branca para eu montar algo novo dentro desta academia. Os policiais, que estão trabalhando comigo na montagem e início das atividades da academia, ressaltam um aspecto novo e diferente: pelo fato de eu não ser policial, sou visto como uma pessoa neutra. Para eles, qualquer pessoa que fosse vinculada a alguma instituição policial criaria desconfortos para as outras corporações. O fato de não pertencer aos órgãos de segurança tem facilitado muito o meu trabalho. As demandas por mudanças e quebras de alguns princípios ou paradigmas, dificilmente, seriam expressas caso eu pertencesse e fosse dos órgãos de segurança pública. Outro dado importante é que sou visto como defensor dos direitos humanos. Então, acho que isso passa um pouco para o universo deles.

Recentemente, estávamos discutindo sobre abordagem policial e o uso de arma de fogo, quando um policial disse que iria apresentar um vídeo e que eu iria gostar pelo fato de destacar a importância do diálogo, acrescentando: “Eu sei, pelos seus artigos, que o senhor gosta muito de respeitar os direitos humanos”. Nesta mesma linha, fui procurado por alguns guardas municipais de Fortaleza para ver se eu dava uma força, para que eles tivessem uma forte formação em direitos humanos. Então, está sendo

uma experiência muito rica, não só em termos da gestão, mas, principalmente, do ponto de vista sociológico.

A pretensão é de que os profissionais formados nesta academia unificada tenham um ensino de excelência na parte técnica e na área humanista, com forte ênfase no respeito aos direitos humanos, aos princípios de um Estado Democrático de Direito e à diversidade ética e cultural. A Aesp terá como princípio a proposta pedagógica do Sistema Único de Segurança Pública e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Esta academia demarca novos tempos na educação, formação e qualificação dos profissionais em segurança pública. Tempos de interdisciplinaridade, de rigor científico, aliados à alta qualificação tecnológica. As atuais questões sociais mundiais trazem desafios para o ensino policial e da perícia, tais como o tráfico de drogas, de armas e de pessoas, ao lado das novas tecnologias utilizadas pelo mundo do crime. As transformações ou complexidades do mundo contemporâneo demandam um novo modelo de ensino em segurança pública. Para esta atuação, os policiais devem estar muito bem preparados pela aquisição de um saber humanista, sociológico, psicológico e altamente técnico. Nesta perspectiva, pretendemos que a Aesp seja um espaço democrático de sociabilidade, com ênfase na formação técnica, mas também cultural e artística.
